

A Era dos Impérios e as fronteiras sul-americanas: considerações sobre as dicotomias entre o resultado e o processo.¹

Domingos Savio da Cunha Garcia²

Resumo.

Este trabalho procura chamar atenção para o anacronismo que permeia a historiografia em geral que discute a geopolítica internacional durante a *Era dos Impérios* (Hobsbawm), quando trata do domínio exercido sobre seus territórios por diferentes Estados da América Latina, em especial da América do Sul. Dialogando com as interpretações de diferentes autores, de diferentes correntes historiográficas acerca desse domínio, o trabalho desenvolve uma discussão sobre o erro que é confundir o resultado do processo pelo próprio processo, quando se trata de discutir e interpretar a afirmação dos Estados sul-americanos sobre seus territórios nesse período, por considera-lo anacrônico, como se o resultado já estivesse dado, não sendo produto de uma teia de acontecimentos e da ação dos homens, dificultando com isso o conhecimento dos fatos e o seu desenrolar, até chegar à conformação territorial atual.

Palavras Chave: Geopolítica; América do Sul; Historiografia.

Abstract.

This paper seeks to call attention for the anachronism that wrap the historiography in general that discusses the international geopolitics during the Age of the Empires (Hobsbawm), when deal with the domain exercised about his territories by different states of the Latin America, in special of the South America. Talking with the interpretations of different authors, of different streames historiographics about that domain, the paper develops an argument about the error that to main to confuse the result of the trial by the own trial, when we discuss and interpret the assertion of the South American states about his territories in that period, by considers-him anachronistic, as itself the result already was fact, not being product of a web men, complicating with that the knowledge of the facts and its unroll, until arrive to the present territorial form.

Keywords: Geopolitical; South America; Historiography.

A historiografia sobre o Brasil têm mantido interesse constante sobre o tema da formação do território do país, com estudos e discussões quase sempre focalizando dois momentos distintos:

O primeiro é o período colonial, onde os trabalhos enfatizam a expansão portuguesa para o oeste, avançando sobre o território colonial espanhol na América, em uma combinação de ações que envolveram a política expansionista da metrópole portuguesa de um lado e os

¹ Este trabalho segue as linhas gerais da introdução da tese de doutoramento *Território e negócios na “Era dos Impérios”*: *Os belgas na fronteira oeste do Brasil*, defendida pelo autor em 2005, no Instituto de Economia da UNICAMP.

² Doutor em Economia Aplicada (História Econômica). Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – *Campus* de Cáceres.

colonos portugueses na América de outro. Paralelamente, os estudos também têm sublinhado os feitos diplomáticos da Coroa Portuguesa, em particular do Tratado de Madri (1750), na consolidação de um desenho territorial do qual teria resultado, mais à frente, o território brasileiro atual.³

O segundo período focalizado pelos estudiosos da formação territorial é o que se estende da Independência a 1850, quando o centro das preocupações da elite do império do Brasil teria sido a manutenção da unidade territorial, num quadro em que as revoltas regenciais colocavam essa unidade em questão. Para os historiadores de extração mais conservadora, a manutenção da unidade territorial, finalmente alcançada com a estabilidade dos anos 50 do século XIX, selaria uma suposta superioridade política e moral do Brasil no continente, diante da fragmentação e instabilidade que marcavam as ex-colônias espanholas na América. Essa interpretação, que tem origem na obra fundadora de Varnhagen, associava a grandeza territorial à obra colonizadora dos portugueses, ao mesmo tempo em que a manutenção da integridade territorial era atribuída a um processo de Independência conduzido sobre a égide da monarquia e da continuidade dinástica, neutralizadoras das forças centrífugas internas.⁴

Nas últimas décadas a temática da integridade territorial, associada à da formação do Estado e da nacionalidade, tem recebido interesse renovado, abrindo outras vertentes explicativas para a questão, dentre as quais, as conseqüências do tráfico externo e interno de escravos e a lenta elaboração de uma identidade política compondo múltiplos interesses

³ Ver a respeito Afonso de E. Taunay. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. Idem, *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial*. 7^a. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. Idem, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 4^a.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. Jaime Cortesão. *O Tratado de Madrid*. Ed fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v. Caio Prado Junior. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Teixeira Soares. *História da formação das fronteiras do Brasil*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1975. Mesmo esses trabalhos citados sendo muito importantes para uma análise do período, acreditamos que os estudos mais completos continuam sendo os diferentes trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda sobre a expansão portuguesa para o oeste. Ver Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26^a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Idem, *Monções*. 3^a ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990. Idem, *Caminhos e fronteiras*. 3^a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Idem, *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. Idem, *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

⁴ A matriz dessa versão, de largo curso na historiografia brasileira, encontra-se em Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*. 3^a. ed. integral. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [s.d.], 4. vol. (1^a edição 1854-57). Sobre Varnhagen ver Arno Wehling. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Nilo Odália. *As formas do mesmo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. Um debate amplo sobre a historiografia da Independência está em Wilma Peres Costa. "A Independência na Historiografia Brasileira". In: István Jancsó (Org.). *Independência. História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

regionais.⁵ Além disso, contrariando um mito historiográfico que apontava para o caráter pacífico e civilista da monarquia brasileira, os autores têm voltado sua atenção para os conflitos externos travados no século XIX, principalmente na região platina.⁶

Em que pesem as revisões e interpretações, tem permanecido a idéia de que, ultrapassada a década de 60 do século XIX, o território brasileiro pode ser dado como “pronto”, não tendo enfrentado ameaças importantes à sua integridade, fossem elas internas ou externas. Em razão disso, o tema da construção territorial no período seguinte é focado do ponto de vista da “consolidação” do território, com a superação de contenciosos pontuais e a efetiva demarcação das fronteiras no início do período republicano.

Uma perspectiva de análise inovadora nesse tema é trazida por Demétrio Magnoli⁷. Magnoli discute a construção de justificativas históricas para o domínio territorial do Brasil em diferentes períodos, particularmente de determinados territórios que, localizados na fronteira do Brasil, tinham pendências de demarcação de limites com Estados vizinhos e que foram motivo de controvérsias, desde quando o território que viria ser o Brasil ainda era parte do império colonial português. Magnoli procura desmistificar a construção territorial de uma Nação como algo natural, revelando como os formuladores da geopolítica, em diferentes momentos, lançam mão da geografia e da história na construção de justificativas para o domínio de territórios. Demétrio Magnoli mostra que o caso do Brasil não foi diferente, analisando como a construção do mito da Ilha Brasil se encaixava perfeitamente na justificativa portuguesa para o domínio da região oeste de seu território sul-americano, disputado com a Espanha à época do tratado de Madrid. Para Magnoli o Tratado de Madrid

⁵ Ver especialmente Antonio Carlos Robert Moraes. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002; Demétrio Magnoli. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna: 1997. Evaldo Cabral de Mello. *O norte agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL. 1984. P. 11-17. José Murilo de Carvalho. *A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume Dumará. 1996. Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Acces, 1999. Mirian Dolhnikoff. “Ilites Regionais e a construção do Estado nacional”. In: István Jancsó (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Fapesp, Hucitec; Ijuí: UNIJUI, 2003. P. 431-468. István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para um estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000, p. 127-175.

⁶ Luis Felipe de Alencastro, “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. In: *Revue Française d’Histoire d’Outre Mer*, t. LXVI, n. 244-245, 1979. Para um estudo da relação entre os conflitos no Prata e a evolução da situação política interna no Brasil ver Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, editora da UNICAMP, 1996. Sobre a Guerra do Paraguai ver ainda Francisco Doratioto. *Maldita Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Uma discussão sobre as identidades regionais no processo de formação das nações na região platina está em João Paulo Garrido Pimenta. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

⁷ Demétrio Magnoli. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. Op. cit.

não pode ser invocado como formação do território brasileiro, não só pelo evidente anacronismo como pelo fato de que as fronteiras que consagrou não terem sido efetivamente demarcadas, com a exceção daquela delimitada pelo rio Guaporé.

Mesmo na visão de um estudioso da geopolítica como Meira Mattos, está presente essa concepção de território pronto após a Independência, com as dificuldades se localizando na questão da delimitação das fronteiras, que foram resolvidas com o trabalho excepcional do Barão do Rio Branco, que teria dividido em duas épocas a diplomacia brasileira.⁸

Dessa forma, a historiografia sobre o Brasil parece não considerar a existência de desafios à integridade territorial do país entre 1875 e 1914, período que Eric Hobsbawm chamou de “era dos impérios”, quando um novo período de expansão colonialista se abriu para os países em estágio avançado de desenvolvimento capitalista, cujos efeitos ainda estão presentes em diversas regiões do mundo.⁹

Entre 1875 e 1914 desenvolveu-se uma virtual “partilha do mundo, com a África e a Ásia sofrendo diretamente as conseqüências desse processo, tendo sido dividida entre as principais potências capitalistas da Europa.¹⁰

Os Estados Unidos, que emergiam como potência no novo cenário internacional nesse período, anexaram as Filipinas em 1898, posicionando-se pela primeira vez sobre questões fora do contexto americano.¹¹

Na América Latina, a afirmação de área de influência dos Estados Unidos ficou clara com a crise envolvendo a disputa entre a Inglaterra e a Venezuela, em 1897. No entanto, as mudanças de soberania territorial foram pequenas e se deram fundamentalmente a partir da ação dos Estados Unidos na região do Caribe.

A constatação de que a América do Sul colocou-se, desde o final do século XIX, na área de influência norte-americana e o fato de que o continente não veio a sofrer modificações territoriais de grande monta, talvez seja responsável pelo fato de que mesmo os historiadores mais atentos para a ação imperialista tenham minimizado os efeitos da ação das potências européias sobre a América Latina entre 1875 e 1914.

Para Hobsbawm a América do Sul era uma colônia informal da Inglaterra e teria passado incólume pelo período do qual tratamos. Falando sobre a divisão do mundo entre as principais potências capitalistas entre 1875 e 1914, ele afirma que:

⁸ Carlos de Meira Mattos. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1990. P. 60-66.

⁹ Eric J. Hobsbawm. *A era dos impérios – 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰ *Ibidem*, p. 87-88.

¹¹ Geoffrey Barraclough. *Introdução à história contemporânea*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 105.

Só uma das principais regiões do planeta não foi afetada substancialmente por esse processo de divisão: As Américas eram em 1914 o que haviam sido em 1875, ou, neste sentido, nos anos 1820: uma coleção única de repúblicas soberanas, com exceção do Canadá, das ilhas do Caribe e de partes do litoral caribenho. À exceção dos EUA, seu status político raramente impressionava alguém, além de seus vizinhos. Era perfeitamente claro que, do ponto de vista econômico, elas eram dependentes do mundo desenvolvido. Contudo nem os EUA, que crescentemente afirmava a sua hegemonia política e militar na área, tentaram seriamente conquista-la e administra-la. (...) Na América Latina, a dominação econômica e a pressão política, quando necessárias, eram implementadas sem conquista formal. (HOBSBAWM, 1988: 87-88)

Portanto, para Hobsbawm a América Latina era uma região de países politicamente independentes, mas economicamente dependentes e teria passado incólume pelo período de divisão de países e regiões entre as potências capitalistas da época. Nem os Estados Unidos “tentaram seriamente conquista-la e administra-la”.¹²

Leslie Bethell também aponta a mesma característica e diz que apesar de ser objeto de rivalidades entre as grandes potências do final do século XIX, “...Não houve (...) nenhuma disputa pela América Latina, nem partilha”. Falando das disputas entre a Inglaterra e os Estados Unidos na região, Bethell salienta que “...a América Latina continuava sendo a única região do globo, livre do imperialismo no século XIX” (BETHEL, 2001: 598). Por fim, observa que a historiografia está dividida ao definir a América Latina como parte do “império informal” britânico, com a Argentina se tornando virtualmente um “Sexto Domínio”.¹³

A historiografia brasileira trata o tema com interpretação semelhante. A exceção teria ficado por conta da disputa que, no início do século XX, terminou com a incorporação da região que iria se tornar o território do Acre, localizado na fronteira não demarcada com a Bolívia, envolvendo interesses de diversos países, principalmente dos Estados Unidos.

Os historiadores mais antigos da história diplomática do Brasil tratam das ações estrangeiras como incidentes diplomáticos ou pendências do período colonial não resolvidas e dão a entender que foram solucionadas pela diplomacia brasileira no período que tratamos, recorrendo a documentos e argumentos legítimos, revelando sempre grande competência e astúcia. Nenhum desses incidentes teria colocado em risco a integridade territorial do país no

¹² Ibidem, p. 68.

¹³ Leslie Bethell. “A Grã-Bretanha e América Latina, 1830-1930”. In Leslie Bethell. *História da América Latina. Vol. IV – De 1870 a 1930*. Op. cit., p. 598.

período tratado. Os trabalhos em geral, se concentram na discussão da definição de limites entre o Brasil e seus vizinhos, mesmo que esses vizinhos fossem, no período, potências coloniais, como era o caso da Inglaterra e da França nos casos das disputas de limites com a Guiana Inglesa e Guiana Francesa.¹⁴

A idéia de que não houve pressões internacionais de cunho territorial sobre o Brasil no período 1870-1914 aparece em autores de diferentes matizes, inclusive aqueles de linha marxista, de quem se esperava um tratamento diferenciado para a questão.¹⁵ Um exemplo conhecido dessa vertente é Caio Prado Junior.

Em *A Revolução Brasileira*, discutindo justamente a questão do imperialismo, Caio Prado Junior diz que

Ao contrário de outros países dependentes como nós e submetidos ao imperialismo, alguns deles muito próximos a nós e a outros respeitos muito semelhantes, como tantos nossos vizinhos da América Latina, não temos tradição antiimperialista com raízes em velhas desavenças e hostilidades, e muitos menos atritos violentos resultantes de interferência estrangeiras em nossos assuntos. Não tivemos nada disso, ou tivemos muito pouco significativo. A ação do imperialismo no Brasil, por circunstâncias históricas que não caberia agora analisar mais pormenorizadamente, se restringiu, salvo raras ocasiões que não deixaram traços mais profundos, a processos relativamente sutis e disfarçados que só começaram realmente a se fazer sentir mais acentuadamente em época próxima, e assim mesmo a propósito de uma ou outra situação mais acessível ao entendimento geral. Foi o caso, em particular, das tentativas de açambarcamento da exploração de petróleo pelos grandes trustes internacionais". (PRADO JR., 1969: 298-299).

Para Caio Prado Junior, os “processos relativamente sutis e disfarçados” com que o imperialismo teria atuado no Brasil, teriam se dado no campo da política, subordinando a burguesia nacional aos seus interesses, como no caso do petróleo, sem, contudo, desenvolver uma ação direta que colocasse em questão a sua integridade territorial.¹⁶

¹⁴ Ver Hélio Vianna. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958; Carlos Delgado de Carvalho. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959.

¹⁵ José Maria Bello. *História da República*. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1976, p. 185-191. Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1977, p. 135. João F. Normano. *Evolução econômica do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1975, p. 115. Richard Graham. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973. Esse autor não menciona em seu trabalho clássico sequer o incidente envolvendo a ocupação britânica da ilha de Trindade, motivo de grave incidente diplomático com o Brasil.

¹⁶ Caio Prado Junior. *A revolução brasileira*. 3ª. ed. . São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 298-299.

Já em *História Econômica do Brasil*, discutindo o ciclo da borracha, Caio Prado Jr. fala da Questão do Acre, cuja disputa, segundo ele, teria sido resolvida sem maiores conseqüências.¹⁷

Vale ainda mencionar uma outra vertente historiográfica sobre a formação e a manutenção da integridade territorial do Brasil. É aquela de caráter regionalista, com forte conotação conservadora. Neste caso podemos citar como exemplo o livro *Formação Histórica do Acre*, de Leandro Tocantins, que discute o processo de absorção do Acre pelo Brasil, após a luta desenvolvida pelos seringueiros naquela região, anteriormente reconhecida pelo governo brasileiro como pertencente à Bolívia.¹⁸

A historiografia mais recente sobre a política externa brasileira tem procurado destacar as mudanças nas relações internacionais no período entre 1875 e 1914, enfatizando o aparecimento de outras potências naquele período e que começavam a concorrer com a Inglaterra na disputa pelos mercados internacionais, com suas conseqüências na geopolítica do período. Mas mesmo quando falam das ações imperialistas das grandes potências sobre o território brasileiro, fazem uma análise circunscrita de diferentes casos de ataques à soberania do país, sem a preocupação de fazer uma análise mais ampla.¹⁹

A concordância historiográfica sobre a questão talvez seja uma conseqüência de que, como chamou atenção Hobsbawm, esse período do colonialismo foi um período curto, quase cabendo em uma vida. Iniciado por volta de 1880, a grande maioria das colônias estabelecidas nesse período já estava independente nos anos 60 do século XX.²⁰ Menos de um século, portanto. Tal análise pode ser corroborada com a comparação dessa sua curta duração com os três séculos, grosso modo, com que durou o colonialismo do Antigo Regime. Ao contrário do

¹⁷ Caio Prado Junior. *História econômica do Brasil*. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 237. Nelson Werneck Sodré. *Formação histórica do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964. Idem. *Introdução à revolução brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Paul Singer. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930”. In: Boris Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985, t. III, v. 1, p. 345-390.

¹⁸ Leandro Tocantins. *Formação histórica do Acre*. 3ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979, 2 v.

¹⁹ Podemos citar aqui E. Bradford Burns. “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”. In: Boris Fausto (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1990, t. III, v. 2, p. 375-400. Amado Luiz Cervo; Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002. Clodoaldo Bueno. *Política externa da Primeira República (Os anos de apogeu - de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Mesmo os autores que enfatizam a agressividade norte-americana no continente não se distinguem nesse particular. Ver, por exemplo, Luiz Alberto Muniz Bandeira. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870-2003)* – Rio de Janeiro: Revan, 2003. Idem, *O eixo Argentina-Brasil. O processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987. Idem, *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. 2ª. ed. ver. São Paulo: Ensaio; Brasília: ed. da Universidade de Brasília, 1995. Idem, “O barão de Rotschild e a Questão do Acre”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Ano 43, n. 2, p. 150-169, 2000.

²⁰ Eric J.Hobsbawm. Op. cit., p. 118.

que ocorreu na África e na Ásia, como não foram estabelecidas colônias das grandes potências da época na América Latina, somos levados a concluir que não ocorreram ações colonialistas efetivas sobre essa região no período tratado, aí incluindo o Brasil.

Acreditamos que a ausência dessa discussão na historiografia sobre o Brasil, decorre de um anacronismo eivado de conseqüências. Esse anacronismo faz com que o processo fique oculto sob o seu resultado: vale dizer, como o território brasileiro não sofreu perdas territoriais decorrentes das pressões exercidas pelas grandes potências, conclui-se que essas pressões não existiram ou foram de pouca importância.

Esse tipo de anacronismo faz com que todo um conjunto de acontecimentos permaneça na sombra, tendo recebido relativamente pouca atenção dos historiadores, no que se refere à intensa pressão que as potências européias imprimiram sobre o Brasil durante a transição para a República e ao longo das primeiras décadas desse regime. Por isso acreditamos ser necessário um estudo amplo sobre a questão, que ofereça uma análise de conjunto sobre as diferentes ações impetradas contra o território do país pelas grandes potências da época e seu desenvolvimento seguinte. Entre essas ações podemos citar, além da mencionada questão que resultou na incorporação do território do Acre, a invasão inglesa da ilha de Trindade (1895-1896), a disputa com a França pelo território do Amapá (que durou todo o século XIX e só foi resolvida no início do século XX), o incidente com a canhoneira alemã *Panther* em Santa Catarina (1905-1906) e a presença belga na fronteira oeste do Brasil (1895-1912). Ao invés de partir da conclusão (a permanência da integridade territorial), diferentemente do que ocorreu na África e na Ásia entre 1875 e 1914, permanece relevante perguntar que tipo de ação caracterizou a relação das potências capitalistas centrais com o território latino-americano, até para compreender por que essas ações não resultaram no estabelecimento de colônias, protetorados ou *chartered companies*, no imenso território brasileiro.

Queremos enfatizar a idéia de que a integridade territorial do Brasil nesse período não estava escrita no destino histórico do país, nem se deveu a um suposto desinteresse das potências envolvidas nas disputas coloniais, mas foi o resultado de um processo complexo, cuja dinâmica e atores internos e externos ainda precisam ser largamente investigados e clarificados.